

COMUNICADO

A Superintendência Jurídica da FIEMG informa a **publicação, nesta data (03/09/2024), do Acórdão do julgamento do Agravo Interno na Suspensão de Liminar, no processo nº 6002520-79.2024.4.06.0000**, que discute a (re)publicação do relatório da Igualdade Salarial, por meio do qual o Plenário do TRF6 assim decidiu:

“Declarada a incompetência deste Tribunal para processar e julgar o pedido de suspensão de antecipação de tutela recursal em referência, declarando sem efeito a decisão suspensiva da referida decisão.”

Como se vê, a decisão da Presidência do TRF6 que suspendia a tutela recursal antecipada obtida pela FIEMG foi anulada, leia-se: declarada sem efeito. Diante disso, nos termos do §4º do art. 4º da Lei 8.437/92, fica reestabelecida a decisão proferida no âmbito do Agravo de Instrumento nº 6002221-05.2024.4.06.0000, em curso na 4ª Turma do TRF6, sob Relatoria do Desembargador Lincoln Faria de Rodrigues.

Por meio de referida decisão, foi deferida “a antecipação da tutela recursal, **com eficácia erga omnes**, para determinar suspensão dos efeitos concretos do Decreto n. 11.795/2023 e da Portaria MTE 3.714/2023, no concernente **à publicidade dos relatórios de transparência salarial e de critérios remuneratórios** pelas pessoas jurídicas de direito privado com 100 (cem) ou mais empregados, até a prolação da sentença.”

Vale lembrar, que por se tratar na origem de uma Ação Civil Pública¹, a decisão possui **efeitos extensivos a todas as empresas com 100 (cem) ou mais empregados, em todo o território nacional.**

¹ Proc. nº 6008977-76.2024.4.06.3800

